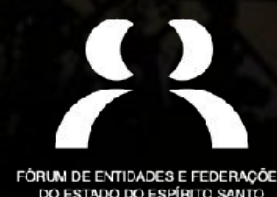


AGENDA DO SETOR PRODUTIVO



Movimento
**CICLO
ELEITORAL**

Uma iniciativa



FÓRUM DE ENTIDADES E FEDERAÇÕES
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESaçaão



FAES
Federação da Agricultura
e Pecuária - Espírito Santo

Fecomércio ES
CNC Sesc Senac
Sindicatos

FETRANSPORTES

FiNDES
SESI | SENAI | IEL | CINDES

O Movimento

As eleições de 2026 representam um momento estratégico para o futuro do Espírito Santo. Em um contexto de renovação dos mandatos executivos e legislativos, o processo eleitoral constitui uma oportunidade para ampliar o diálogo entre sociedade, instituições e atores políticos, contribuindo para a construção de consensos em torno dos principais desafios e prioridades para o desenvolvimento do Estado.

Nesse cenário, **o Movimento Ciclo Eleitoral 2026 surge como uma iniciativa de mobilização, articulação e engajamento da sociedade civil organizada**, com o propósito de qualificar o debate público e fortalecer a participação cidadã. A proposta parte do entendimento de que o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo depende da continuidade de políticas públicas estruturantes, da estabilidade institucional e da capacidade de construir convergências em torno de uma visão de longo prazo.

De caráter suprapartidário e transparente, **o Movimento busca promover espaços de diálogo entre candidatos, partidos políticos, lideranças empresariais, instituições e sociedade, incentivando discussões fundamentadas em evidências, propostas e compromissos voltados ao interesse público.** Mais do que discutir nomes ou projetos políticos específicos, a iniciativa busca destacar a importância de um projeto de Estado capaz de preservar avanços conquistados e preparar o Espírito Santo para os desafios futuros.

Dessa forma, **o Movimento Ciclo Eleitoral 2026 contribui para o fortalecimento da democracia e para uma participação mais qualificada da sociedade no processo eleitoral, promovendo a construção de compromissos que transcendam ciclos políticos.** Ao estimular o diálogo, a cooperação e a busca por convergências, reafirma a importância de uma visão compartilhada de futuro para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e institucional do Espírito Santo nas próximas décadas.

Metodologia

A construção da Agenda do Movimento Ciclo Eleitoral 2026 foi realizada de forma colaborativa pelo Fórum das Entidades e Federações do Espírito Santo (FEF), reunindo as cinco instituições que o compõem: ES em Ação, Federação das Indústrias do Espírito Santo - FINDES, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo - Fecomércio, Federação das Empresas de Transporte do Espírito Santo - Fetransportes e Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo - FAES.

Para conduzir o processo, foi criado um **Grupo de Trabalho, formado por representantes das instituições integrantes do FEF, responsável por analisar, cruzar e consolidar as agendas**, propostas e prioridades de cada entidade. A partir desse trabalho, foram identificados os temas convergentes e as pautas de interesse comum, resultando na construção de uma agenda única para o Movimento Ciclo Eleitoral 2026.

O processo buscou assegurar representatividade e convergência entre os diferentes setores representados pelo FEF, **priorizando temas estratégicos para a competitividade, o desenvolvimento econômico e social e o futuro do Espírito Santo.**

A agenda estadual consolidada também considera as diretrizes e a visão de longo prazo do Plano ES 500 Anos, reforçando o compromisso com um desenvolvimento sustentável e estruturante para o Estado.

Dessa forma, **a metodologia adotada permitiu transformar diferentes contribuições e agendas institucionais em uma agenda comum**, construída de maneira integrada e suprapartidária, com foco nos temas estratégicos que devem permanecer no centro do debate público e das discussões do processo eleitoral de 2026.



AGENDA ESTADUAL DO SETOR PRODUTIVO

Eixos

01 Infraestrutura e logística

02 Ambiente de negócios e competitividade

03 Educação, qualificação e requalificação profissional

04 Saúde e segurança pública

05 Meio ambiente e transição energética

06 Eficiência da gestão pública e solidez fiscal



Movimento
**CICLO
ELEITORAL**

01

Infraestrutura e logística

Contexto

O Espírito Santo ocupa uma posição geográfica e logística estratégica no Brasil, com portos, rodovias e conexões ferroviárias que integram o Estado às principais cadeias produtivas nacionais.

A modernização e a expansão dessa infraestrutura são condicionantes para **ampliar a competitividade da economia capixaba**, facilitar o escoamento da produção e atrair novos investimentos.

A conectividade digital complementa essa agenda ao ampliar o acesso à inovação, à educação e aos negócios em todas as regiões do Estado.

Indicadores Estratégicos

Nota IAN Espírito Santo - Eixo de Infraestrutura (Observatório FINDES)

Distribuição das rodovias pavimentadas por nível de qualidade (Confederação Nacional de Transporte - CNT)

Malha rodoviária federal duplicada (Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL)

Índice Brasileiro de Conectividade (IBC) (Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel)

Prioridades

- 1

Plataformas Logísticas: Viabilizar a implantação das plataformas logísticas Parklog Norte e Parklog Sul como hubs portuários multimodais e de classe mundial, garantindo-lhes infraestrutura de suporte e execução de investimentos que ampliem as conexões e melhorem a eficiência da logística capixaba.
- 2

Ferrovia: Destravar concessões e investimentos que ampliem e integrem a malha ferroviária capixaba, garantindo a execução da EF-118, do Ramal Ferroviário de Piraqueaçu, da renovação da FCA com construção do Contorno de BH e das melhorias na EFVM (conexões com Centro-Oeste e Noroeste de Minas Gerais).
- 3

Rodovia Federais: Garantir a execução do contrato de concessão da BR-101 e assegurar a concessão da BR-262 e demais projetos estruturantes no Espírito Santo, priorizando a duplicação desses eixos e a adequação da BR-259 e da BR-447, com investimentos que ampliem capacidade, segurança e competitividade logística.
- 4

Rodovias Estaduais: Viabilizar a reabilitação, a construção, a duplicação, quando pertinente, e a melhoria das condições de tráfegabilidade da malha rodoviária estadual, priorizando os trechos que mais impactam a circulação de mercadorias e pessoas.

Prioridades (continuação)

5 Aeroportos: Ampliar a internacionalização do aeroporto de Vitória e dar continuidade ao programa de implantação de aeroportos regionais, ampliando o comércio exterior e o turismo.

7 Mobilidade Urbana: Ampliar a mobilidade urbana e regional em todo o território capixaba, garantindo a circulação segura e eficiente de residentes e turistas, em alinhamento com a integração logística voltada à circulação de bens e serviços.

9 Energia no campo: Garantir a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica nas propriedades rurais, reduzindo interrupções e quedas de tensão que afetam a produção agropecuária.

6 Conectividade: Avançar na conectividade digital do estado, universalizando o acesso à internet de alta velocidade e a tecnologias atualizadas, inclusive em áreas rurais e periféricas, como base para inovação, produtividade e serviços digitais em todo o território.

8 Gás Natural: Garantir a ampliação da malha de gasodutos para o interior do Estado, assegurando oferta energética mais segura e eficiente para sustentar o desenvolvimento regional.

Marcos de Entrega

- **Parklog Norte:** infraestrutura de suporte implantada

- **EF 118:** licitação da concessão finalizada e início das obras

- **FCA:** contorno de BH viabilizado e com obras iniciadas

- **BR-101:** conclusão da duplicação dos trechos previstos no contrato de concessão

- **Parklog Sul:** estruturação da governança

- **Ramal Ferroviário de Piraqueçu:** concluído

- **EFVM:** obras de melhoria nas conexões com Centro-Oeste e Noroeste de Minas Gerais concluídas

- **BR-262:** concessão viabilizada

01. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Marcos de Entrega (continuação)

- **Rodovias estaduais:** plano de investimentos para melhoria da malha rodoviária executado
- **Aeroportos regionais:** programa concluído, com aeroportos de Linhares, Cachoeiro e Pedra Azul entregues e em operação
- **Mobilidade urbana:** obras prioritárias de integração entre modais concluídas nas regiões de maior circulação
- **Energia no campo:** redução mensurável dos indicadores de interrupção e queda de tensão (DEC/FEC) nas propriedades rurais
- **Aeroporto de Vitória:** operação regular de voos internacionais iniciada
- **Conectividade:** cobertura de internet de alta velocidade universalizada
- **Gás natural:** malha de gasodutos ampliada e em operação no interior do Estado
- **Energia no campo:** investimentos em modernização e reforço da rede elétrica rural concluídos



02

**Ambiente de negócios e
competitividade**

02. AMBIENTE DE NEGÓCIOS E COMPETITIVIDADE

Contexto

A qualidade do ambiente de negócios, com regras claras, processos ágeis e segurança jurídica, **é um fator reconhecido de competitividade e de confiança para investidores de longo prazo.**

A reforma tributária em curso altera as condições de competição entre Estados, tornando **necessária a construção de novos instrumentos de atração de investimentos** adaptados ao novo marco fiscal.

Indicadores Estratégicos

Investimentos Anunciados e Concluídos por complexidade econômica no Espírito Santo (IJSN)

Índice FIEC de Inovação dos Estados (FIEC)

Nota do IAN Espírito Santo - Eixo de Potencial de mercado (Observatório FINDES)

Taxa de Crescimento do PIB Estadual (IBGE/IJSN)

Taxa líquida de abertura de empresas (Junta Comercial do Espírito Santo)

Prioridades

- 1

Atração de Investimentos: Fortalecer a atuação da agência de atração de investimentos – Nova ES, para a prospecção ativa de negócios e a promoção do Espírito Santo nos mercados nacional e internacional.
- 2

Atração de investimento: Criar novos instrumentos e/ou mecanismos de atração de investimentos em substituição aos atuais incentivos fiscais, tendo em vista os impactos da reforma tributária.
- 3

Ambiente de Negócio: Viabilizar a simplificação e a digitalização dos processos regulatórios e administrativos, reduzindo a burocracia, ampliando a segurança jurídica e facilitando a abertura, a operação e a expansão dos empreendimentos em todo o território capixaba.
- 4

Fortalecimento das MPMEs: Fortalecer as micro, pequenas e médias empresas por meio da ampliação do acesso ao crédito, da orientação empresarial, da inovação, da transformação digital e do aumento da produtividade.
- 5

Inovação e PD&I: Fortalecer a Mobilização Capixaba de Inovação - MCI para ampliar o licenciamento de tecnologias, patentes e parcerias público-privadas, buscando direcionar as ações de PD&I às demandas do setor produtivo.
- 5

Turismo: Fortalecer a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo capixaba, ampliando conectividade, promoção dos destinos, qualificação da oferta turística, atração de eventos e investimentos e integração regional.

Marcos de Entrega

- **Atração de investimentos:** número de novos investimentos captados/atraídos pela Nova ES por ano acompanhado e divulgado publicamente
-
- **Ambiente de Negócio:** processos de licenciamento e abertura de empresas 100% digitalizados
-

- **Atração de investimentos:** novos instrumentos/mecanismos de atração de investimentos desenhados, regulamentados e em vigor
-
- **Fortalecimento das MPMEs:** ampliação do crédito direcionado às MPMEs
-



Movimento
**CICLO
ELEITORAL**

03

**Educação, qualificação e
requalificação profissional**

Contexto

A educação, a qualificação e a requalificação profissional são pilares para o desenvolvimento sustentável e o aumento da competitividade do Espírito Santo.

Fortalecer o Ensino Médio, ampliar a formação técnica e aproximar instituições de ensino, pesquisa e setor produtivo são ações essenciais para formar talentos, atender às demandas do mercado, impulsionar a inovação e preparar o Estado para os desafios de uma economia cada vez mais dinâmica e baseada no conhecimento.

Indicadores Estratégicos

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (INEP)

Percentual do gasto público em educação sobre o PIB do Espírito Santo (IBGE)

Percentual de alunos com aprendizagem adequada em Português e Matemática na 3ª série do Ensino Médio (SAEB/Fundeb – INEP)

Percentual de matrículas da rede pública em tempo integral no ensino médio (Censo Escolar – INEP)

Percentual da população de 25 anos ou mais com ensino médio completo ou mais (PNAD – IBGE)

Percentual de matrículas no ensino médio na modalidade EPT, rede pública (Censo Escolar – INEP)

Percentual do gasto público estadual em Ciência e Tecnologia sobre PIB do Espírito Santo (IBGE)

03. EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Prioridades

- 1

Educação Profissional e Tecnológica: Alinhar a oferta e a qualificação de educação profissional e técnica às demandas atuais e futuras do mercado e às áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.
- 2

Qualificação e requalificação profissional: Estruturar um ecossistema estadual de qualificação, requalificação e retenção de talentos, ampliando programas voltados à inovação, às novas competências demandadas pelo mercado e às mudanças geracionais na força de trabalho.
- 3

Qualidade do Ensino Médio: Garantir a melhoria dos índices de qualidade do Ensino Médio, com ênfase na redução do abandono escolar e na elevação do desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática.
- 4

Qualidade do Ensino Fundamental: Garantir a melhoria dos índices de qualidade do Ensino Fundamental por meio do regime de colaboração com os municípios, com ênfase na elevação do desempenho em Língua Portuguesa e Matemática.
- 5

Formação de Professores: Implantar uma Política Estadual de formação Docente, articulando Estado, universidades e redes de ensino, garantindo formação continuada e carreiras atrativas com progressão por competências e resultados.
- 6

Primeira Infância: Ampliar a rede de apoio à primeira infância e ao idoso, permitindo a inserção no mercado de trabalho de pessoas em idade ativa, sobretudo de mulheres responsáveis pelo trabalho de cuidado.

03. EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Marcos de Entrega

- **Educação Profissional e Tecnológica:** oferta de vagas alinhada e ampliada nas áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico do estado
- **Qualificação e requalificação profissional:** Movimento pelas Competências em funcionamento, com atualização semestral do Mapa da Demanda e da Oferta de Educação Profissional
- **Qualidade do Ensino Médio:** taxa de abandono escolar reduzida e desempenho em Língua Portuguesa e Matemática elevado em relação a 2025
- **Qualidade do Ensino Fundamental:** regime de colaboração Estado-municípios formalizado e em funcionamento
- **Educação em tempo integral:** pelo menos 30% dos alunos da educação básica em escola de tempo integral
- **Primeira infância:** política/programa estadual de apoio à primeira infância formalizado e em execução

04 Saúde e Segurança pública

Contexto

A saúde e a segurança são fundamentais para garantir qualidade de vida, desenvolvimento social e um ambiente favorável aos investimentos. O fortalecimento de políticas públicas baseadas em evidências, com foco na prevenção, na integração institucional, na atenção primária, na saúde mental e no enfrentamento às diferentes formas de violência, contribui para um Espírito Santo mais seguro, saudável e preparado para os desafios do futuro.

Indicadores Estratégicos

Homicídios dolosos por 100 mil hab. (SESP-ES; Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Taxa de Feminicídios por 100.000 mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Taxa de roubos por 100.000 habitantes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por DCNT (SESA)

Taxa de mortalidade Infantil (SESA)

04. SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

Prioridades

- 1

Segurança Pública: Fortalecer a segurança pública por meio da integração entre inteligência, tecnologia, monitoramento e atuação coordenada das instituições responsáveis, ampliando iniciativas em áreas de grande circulação de pessoas.
- 2

Prevenção à criminalidade: Desenvolver e garantir a continuidade de programas de prevenção à criminalidade focados na inclusão social, especialmente para crianças e jovens em situação de risco.
- 3

Enfrentamento à violência contra a mulher: Fortalecer e expandir iniciativas de enfrentamento às violências contra meninas e mulheres, incluindo ações voltadas ao público masculino.
- 4

Saúde do trabalhador: Fortalecer políticas voltadas à saúde integral, ampliando o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores, reconhecendo seu impacto sobre a produtividade e o desenvolvimento social.
- 5

Inteligência em saúde: Aprimorar a inteligência territorial com plataforma de dados integrados para direcionar a oferta de serviços de saúde em áreas críticas.
- 6

Regionalização da Saúde: Viabilizar hospitais regionais em locais estratégicos, ampliando o acesso equitativo à saúde em todo o Estado.

04. SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos de Entrega

- **Segurança Pública:** redução da taxa de roubos por 100 mil habitantes
- **Segurança Pública:** redução da taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes
- **Prevenção à criminalidade:** programas voltados a crianças e jovens em situação de risco mantidos de forma contínua
- **Enfrentamento à violência contra a mulher:** redução da taxa de feminicídios por 100 mil mulheres
- **Enfrentamento à violência contra a mulher:** rede de atendimento especializado ampliada e programas voltados ao público masculino implementados
- **Inteligência em saúde:** plataforma de dados integrados implementada e em uso para direcionar a oferta de serviços em áreas críticas
- **Regionalização da Saúde:** hospitais regionais viabilizados

05

Meio ambiente e transição energética

Contexto

A agenda climática tornou-se uma dimensão transversal do desenvolvimento econômico e social, com **impactos diretos sobre a competitividade das empresas e a qualidade de vida da população.**

O ES possui potencial em energia renovável e em mecanismos de financiamento verde, além de bacias hidrográficas que demandam atenção continuada para garantir segurança hídrica.

A transição para uma economia de baixo carbono exige políticas integradas de descarbonização, monitoramento de emissões e mobilidade sustentável.

Indicadores Estratégicos

Ranking de Sustentabilidade dos Estados – Perspectiva ESG (CLP)

Índice de vulnerabilidade climática municipal – Municípios do Espírito Santo

Emissões líquidas de Gases de Efeito Estufa (GEE) – CO₂ equivalente (Mt CO₂e/ano) (SEEG)

Intensidade de Carbono do PIB (SEEG / IJSN)

05. MEIO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Prioridades

- 1

Licenciamento Ambiental: Aperfeiçoar e integrar os processos de gestão e licenciamento ambiental do Estado, com protocolos de dados e mecanismos de compartilhamento entre órgãos e setores, garantindo agilidade e segurança jurídica.
- 2

Descarbonização: Incentivar o Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de GEE do Espírito Santo, apoiando tecnologias de baixo carbono e sistemas de monitoramento, reporte e verificação (MRV).
- 3

Energias renováveis: Aumentar a capacidade de geração e utilização de energia renovável (eólica, solar e de biomassa), incluindo os desafios de conversão e aproveitamento dessas fontes.
- 4

Financiamento da transição sustentável: Ampliar o acesso a instrumentos de financiamento e incentivos, como créditos e títulos verdes e Fundo Soberano, reduzindo os custos da transição para as empresas.
- 5

Água e saneamento: Universalização do saneamento básico e fortalecimento da segurança hídrica, por meio da aceleração dos investimentos da Cesan, com prioridade para municípios de menor cobertura.

05. MEIO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Marcos de Entrega

- **Licenciamento Ambiental:** sistema estadual unificado e interoperável implementado, com redução mensurável do prazo médio de licenciamento

- **Energias Renováveis:** expansão do programa Gerar e aumento da participação de energia limpa na produção total de energia do Estado

- **Financiamento da Transição Sustentável:** ampliação do volume de recursos do FUNSES destinados ao financiamento da transição energética e da descarbonização

- **Água e saneamento:** cobertura de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto ampliada, com prioridade para regiões de menor cobertura

06 Eficiência da gestão pública e solidez fiscal

06. EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E SOLIDEZ FISCAL

Contexto

A qualidade da gestão pública e o equilíbrio fiscal são condições estruturantes para a implementação das políticas públicas. **A solidez fiscal sustenta a capacidade de investimento do Estado e preserva um ambiente favorável aos negócios**, desafio que ganha relevância diante dos impactos da Reforma Tributária. **Um Estado eficiente e orientado por resultados gera mais confiança e melhores entregas para a sociedade**: a transformação digital dos serviços públicos reduz a burocracia e os custos de conformidade para empresas e cidadãos e melhora a experiência de atendimento; o monitoramento e a avaliação sistemática das políticas públicas qualificam as decisões sobre alocação de recursos; e o fortalecimento das capacidades institucionais, com servidores qualificados, uso de dados e inteligência artificial, sustenta uma gestão mais ágil e orientada a resultados.

Indicadores Estratégicos

- Eficiência da Máquina Pública (CLP)
- Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais – IOSPD (ABEP TIC)
- Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) (Transparência Internacional)
- Índice de Inovação do Governo (IBID)
- Capacidade de Pagamento (CAPAG) e suas desagregações (STN)

06. EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E SOLIDEZ FISCAL

Prioridades

- 1

Transformação Digital: Promover a transformação digital da administração pública por meio da modernização de processos e sistemas e da centralização do acesso aos serviços públicos em plataformas unificadas.
- 2

Inovação: Fortalecer a inovação da gestão pública por meio da promoção de linhas de créditos não reembolsáveis direcionados a projetos que otimizem processos e qualifiquem a tomada de decisão.
- 3

Avaliação de políticas públicas: Ampliar e fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas para garantir eficiência e transparência.
- 4

Gestão orientada por resultados: Capacitar continuamente servidores em competências digitais, análise de dados, inovação e foco em resultados.
- 5

Solidez fiscal: Assegurar a solidez fiscal do Espírito Santo considerando os impactos da Reforma Tributária, preservando a capacidade de investimento do Estado.
- 6

Fortalecimento da Cidadania Fiscal no Meio Rural: Ampliar o uso de tecnologia e cruzamento de dados para reduzir a sonegação fiscal na cadeia agropecuária, com programa permanente de orientação ao produtor rural.

06. EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E SOLIDEZ FISCAL

Marcos de Entrega

- **Transformação Digital:** aumento do Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais - IOSPD (ABEP TIC)
- **Avaliação de Políticas Públicas:** sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas ampliado
- **Gestão Orientada por Resultados:** programa permanente de capacitação de servidores em competências digitais, análise de dados e foco em resultados implementado
- **Solidez fiscal:** manutenção da nota de Capacidade de Pagamento - CAPAG (STN), assegurando a solidez fiscal do Estado
- **Fortalecimento da Cidadania Fiscal no Meio Rural:** programa de orientação e educação fiscal ao produtor rural implementado



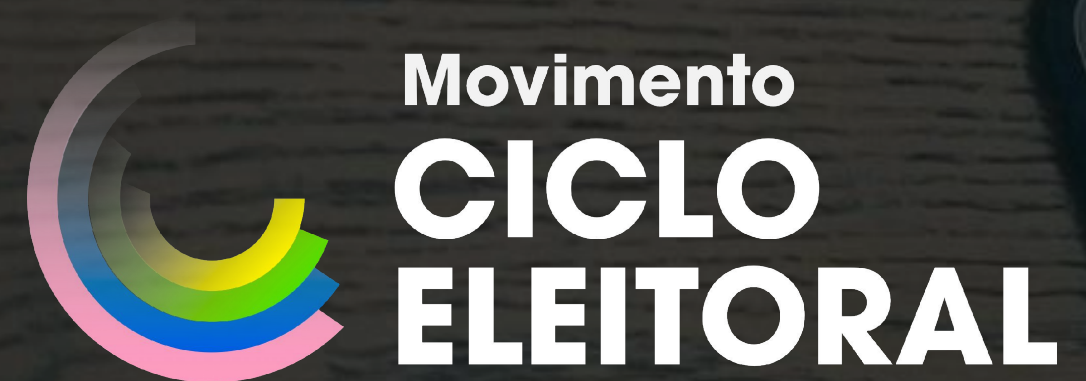
AGENDA NACIONAL DO SETOR PRODUTIVO

Eixos

01 Instituições, Governança e Ambiente de Negócios

02 Economia, Competitividade e Infraestrutura

03 Pessoas, Trabalho, Segurança e Resiliência Climática



01 Instituições, Governança e Ambiente de Negócios

Contexto

O pleno funcionamento das instituições públicas – traduzido em sua capacidade de gerir recursos com eficiência, regular de forma previsível e oferecer segurança jurídica – constitui o **pilar central para a atratividade de investimentos de longo prazo e para o desenvolvimento socioeconômico do país.**

Este eixo fundamenta-se na solidez fiscal, entendida como o motor indispensável para a garantia de um ambiente macroeconômico estável. **A reforma administrativa e a desburocratização buscam a modernização do Estado,** racionalizando gastos e reduzindo o Custo Brasil. Juntos, o fortalecimento da qualidade regulatória e a estabilidade das normas asseguram a previsibilidade e a confiança necessárias para que o país cresça, servindo como base para as demais agendas de desenvolvimento nacional.

TEMAS

1. Equilíbrio e Solidez fiscal
2. Reforma administrativa
3. Custo Brasil
4. Segurança jurídica e qualidade regulatória

1. Equilíbrio e Solidez fiscal

Estabilização da trajetória da dívida pública e obtenção de superávits primários sucessivos como condicionantes para a redução dos juros, a ampliação do crédito e a retomada da capacidade de investimento em setores estratégicos para a competitividade.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deve alcançar 82,4% do PIB em 2026, patamar significativamente acima da média dos países emergentes, que se situa em torno de 57% do PIB, segundo o FMI. O déficit nominal superou 8% do PIB em 2025, pressionado pelo crescimento das despesas obrigatórias e pelo volume de juros sobre a dívida pública, que se aproxima de R\$ 1 trilhão por ano.

Mais de 90% do orçamento da União está previamente comprometido com despesas constitucionalmente vinculadas, o que comprime a margem para investimentos. Nesse ambiente, a taxa básica de juros permanece elevada, encarecendo o crédito para empresas e consumidores e inibindo o investimento.

Enquanto os países emergentes asiáticos deverão investir, entre 2021 e 2029, 38,9% de seus PIBs, em média, o Brasil deverá investir apenas 16,4% do PIB.

Desta forma, o equilíbrio fiscal não é um objetivo isolado: é a condição habilitante das demais políticas de competitividade. Sem reverter a trajetória crescente da relação dívida/PIB, as demais reformas estruturais terão impacto limitado sobre o custo do capital e sobre a capacidade produtiva do país.

2. Reforma Administrativa

Modernização estrutural do Estado por meio da profissionalização do serviço público, da reorientação da gestão por resultados e da racionalização de estruturas públicas capturadas por lógicas político-eleitorais, condições para elevar a eficiência do Estado, reduzir o Custo Brasil e assegurar a sustentabilidade orçamentária de longo prazo..

A estrutura organizacional do governo federal e dos governos estaduais foi consolidada em grande parte nas décadas de 1960 e 1970, com base em modelos de gestão hierárquica e compartimentada que não correspondem às demandas de coordenação interinstitucional do ambiente contemporâneo. **Essa rigidez estrutural reflete uma arquitetura político-institucional que historicamente orientou a ocupação do Estado por critérios de conveniência eleitoral, não de eficiência pública.** A alocação política de cargos de chefia, os mecanismos de emendas parlamentares que fragmentam o orçamento federal em favor de interesses eleitorais e a lógica de perpetuação no poder que sustenta esse padrão são fenômenos conectados: todos convergem para um Estado que consome muito e entrega pouco. Reformar esse quadro exige mais do que modernização tecnológica ou gerencial - exige disposição para nomear e enfrentar as regras do jogo que o sustentam.

A reforma que o setor produtivo defende abrange: profissionalização do serviço público com critérios meritocráticos de acesso e progressão; orientação da gestão por resultados mensuráveis e publicamente monitoráveis; adoção de tecnologia para desburocratização de processos internos e de atendimento ao cidadão e às empresas; e revisão de estruturas redundantes ou obsoletas. **Essa agenda inclui enfrentar distorções no Poder Judiciário e no Legislativo, em todos os níveis federativos, que operam com estruturas remuneratórias e de assessoramento que escapam aos parâmetros de eficiência e aos limites do arcabouço fiscal aplicáveis ao restante do serviço público.** Equacionar essas assimetrias, por meio de revisão de benefícios, racionalização de estruturas de apoio e convergência para tetos fiscais, é condição para que a sustentabilidade orçamentária de longo prazo deixe de ser um objetivo seletivo e passe a ser uma regra aplicada a todo o Estado.

3. Custo Brasil

Redução do Custo Brasil por meio do enfrentamento de suas causas estruturais - juros elevados, gargalos logísticos e ineficiências regulatórias e burocráticas - com ênfase na modernização da infraestrutura multimodal, na simplificação de processos administrativos e na digitalização dos serviços públicos

O Custo Brasil representa a diferença entre o que as empresas brasileiras precisam gastar para operar no país em comparação com a média dos países da OCDE - estimado em R\$ 1,7 trilhão em 2023. **Ele resulta da combinação de ineficiências tributárias, burocráticas, logísticas e regulatórias que encarecem o ciclo de vida das empresas, desde sua abertura até às transações cotidianas com o poder público.** É estimado que seria necessário reduzir em 27% os custos regulatórios para que o Brasil alcançasse os parâmetros competitivos equivalentes aos dos países da OCDE.

A redução do Custo Brasil exige atuação em múltiplas frentes simultâneas.

Na dimensão tributária, a reforma em curso representa um avanço estrutural relevante, mas seu impacto depende de uma implementação que evite a proliferação de exceções e preserve a simplificação pretendida. Na dimensão burocrática, a digitalização do licenciamento, a interoperabilidade entre sistemas de diferentes órgãos e a redução de etapas redundantes são os principais vetores de ganho. Na dimensão logística, os gargalos em rodovias, ferrovias e portos são tratados no Eixo 2 desta Agenda, mas seu impacto sobre o Custo Brasil é direto: **o frete e o tempo de escoamento da produção encarecem os produtos brasileiros tanto no mercado interno quanto no externo.**

4. Segurança jurídica e qualidade regulatória

Fortalecimento da independência técnica e da previsibilidade das agências reguladoras, e garantia de estabilidade jurídica nos contratos – condições que determinam o horizonte de planejamento das empresas e a disposição dos investidores para aportes de longo prazo no país.

A segurança jurídica é um determinante fundamental para a redução do custo de capital e do Custo Brasil. Em economias consolidadas, a previsibilidade das normas é o que permite atrair investimentos robustos; sem "regras do jogo" claras, o capital fica represado, pois o retorno esperado deve compensar, além do risco do negócio, o elevado risco regulatório e jurídico associado à operação no país.

Nessa equação, as agências reguladoras ocupam posição central como órgãos de Estado, e não como departamentos de governo. A eficiência das agências depende de autonomia administrativa e financeira, com mandatos protegidos de ingerências políticas e processos decisórios fundamentados em critérios puramente técnicos. Quando as agências operam com transparência e as instâncias decisórias não sofrem superposição de competências, elas sinalizam estabilidade ao mercado e reduzem os custos de transação

No âmbito das relações de trabalho, a insegurança jurídica permanece como um entrave crítico à competitividade. A frequente contestação judicial de acordos legitimamente celebrados – mesmo quando atendem às disposições legais — gera um ambiente de incerteza que inibe a geração de empregos e a modernização produtiva.



Movimento
**CICLO
ELEITORAL**

02

**Economia, competitividade e
infraestrutura**

Contexto

A competitividade da economia brasileira depende de condições estruturais que transcendem a política macroeconômica: uma base produtiva diversificada e de maior valor agregado, infraestrutura logística e digital que reduza custos de transação, inserção efetiva nos mercados internacionais e acesso a energia competitiva e de baixo carbono.

TEMAS

1. Capacidade produtiva
2. Infraestrutura logística
3. Inserção global
4. Energia

1. Capacidade produtiva

Elevação da política industrial à condição de política de Estado de longo prazo, criando as condições necessárias para ampliar a complexidade da pauta produtiva brasileira e fortalecer a participação de setores de maior valor agregado na economia nacional.

A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro recuou de cerca de 33% nos anos 1980 para 12% em 2024, enquanto a pauta de exportações se concentrou progressivamente em commodities. Esse movimento reflete, em parte, vantagens comparativas do país, mas também resulta de um ambiente de negócios que desincentivou a produção industrial de maior valor agregado ao longo de décadas.

Apesar do avanço com o lançamento da política industrial Nova Indústria Brasil (NIB), em janeiro de 2024, ainda persistem os desafios relacionados à sua governança, de forma que a política assuma um caráter de longo prazo, como política de Estado. Neste sentido, busca-se a consolidação das suas iniciativas e resultados a partir da sua efetividade no longo prazo, para que o setor industrial possa ampliar a sua complexidade e seja orientado à diversificação com maior valor agregado.

2. Infraestrutura logística

Aceleração dos investimentos e concessões em infraestrutura logística – rodovias, ferrovias, portos e hidrovias – e universalização da conectividade digital.

O Brasil opera com uma matriz logística excessivamente dependente do modal rodoviário - **mais de 60% das cargas são transportadas por estradas , em contraste com países de dimensões continentais comparáveis, onde ferrovias e hidrovias respondem por fatias muito maiores.**

O subinvestimento em infraestrutura resulta, em grande parte, da **restrição fiscal do setor público.** A alternativa são concessões e parcerias público-privadas - instrumento que o setor produtivo apoia, desde que estruturadas com marcos regulatórios claros, previsibilidade contratual e governança que evite descontinuidades.

A infraestrutura digital - conectividade de alta velocidade, interoperabilidade de sistemas e governo digital - **é o complemento necessário da infraestrutura física.** A transformação digital do Estado reduz fricções nas transações entre governo e empresas e aumenta a produtividade

.

3. Inserção global

Avanço em negociações comerciais e acordos de cooperação que ampliem o acesso das empresas brasileiras a mercados externos, tecnologias e mecanismos de financiamento internacional como vetores de elevação da capacidade competitiva e da produtividade dos setores econômicos brasileiros.

A baixa inserção internacional do Brasil é um dos fatores que limitam a **produtividade e a sofisticação da economia**. A corrente de comércio brasileira correspondeu a apenas 27,2% do PIB em 2025, uma das menores proporções entre as principais economias emergentes, reflexo tanto das barreiras tarifárias e não tarifárias existentes quanto das dificuldades logísticas e regulatórias que encarecem a participação das empresas nos mercados externos. A experiência internacional indica que economias mais abertas tendem a ser mais produtivas: a exposição à concorrência externa estimula a adoção de novas tecnologias, eleva os padrões de qualidade e favorece a inserção em cadeias globais de valor de maior complexidade.

A agenda de internacionalização vai além do acesso a mercados consumidores. Acordos de cooperação comercial e tecnológica abrem às empresas brasileiras canais de acesso a tecnologias, processos produtivos e mecanismos de financiamento que dificilmente seriam desenvolvidos de forma isolada. **Nessa perspectiva, a implementação efetiva do acordo Mercosul-União Europeia representa uma oportunidade concreta:** acesso a um mercado de mais de 400 milhões de consumidores e exposição a padrões regulatórios, tecnológicos e ambientais que tendem a induzir a modernização dos setores produtivos brasileiros. O avanço de negociações com outros blocos e países segue essa mesma lógica.

4. Energia

Redução do custo da energia elétrica e implementação de políticas que acelerem a utilização de fontes renováveis, convertendo a vantagem comparativa do Brasil nesse campo em competitividade.

O custo da energia elétrica está entre os fatores que mais impactam a competitividade dos setores produtivos. Parte do problema está na estrutura tarifária e nos encargos que compõem a conta de energia - componentes que independem da geração em si e oneram desproporcionalmente as empresas.

O Brasil possui uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, com hidrelétricas respondendo por mais de 60% da capacidade instalada (ANEEL). A expansão de fontes renováveis - eólica, solar e biomassa - está em curso e pode contribuir, no médio prazo, para a redução estrutural dos preços, além de reduzir a dependência de térmicas a combustíveis fósseis acionadas em períodos de escassez hídrica.

Diante desse cenário, é fundamental avançar na revisão da estrutura tarifária e dos encargos setoriais, de forma a tornar o preço da energia mais compatível com o potencial competitivo da matriz brasileira, convertendo essa vantagem comparativa em ganho real de competitividade para o setor produtivo.



03 Pessoas, Trabalho, Segurança e Resiliência Climática

Contexto

A competitividade de uma economia depende, em última instância, das pessoas que a constroem e a fazem crescer, e do ambiente em que operam: suas qualificações, sua segurança e a estabilidade do ambiente físico e climático. Este eixo reúne temas que conectam a formação do capital humano, a ordem pública e os riscos climáticos com a agenda do setor produtivo.

TEMAS

1. Qualificação profissional
2. Educação básica
3. Segurança Pública
4. Resiliência climática

1. Qualificação profissional

Reorientação da política nacional de qualificação profissional para alinhamento com as demandas do mercado de trabalho, com oferta formativa orientada por critérios de empregabilidade e acessível a trabalhadores em todas as fases da vida produtiva – da formação técnica inicial à requalificação de profissionais experientes

A transformação tecnológica acelerada, impulsionada pela Indústria 4.0, inteligência artificial e automação, está reconfigurando o perfil de competências exigido, gerando um "apagão" de mão de obra qualificada que limita a produtividade e a inovação. O descompasso entre a educação tradicional e as necessidades do setor produtivo resulta em habilidades técnicas com obsolescência precoce, exigindo que o ensino técnico profissionalizante priorize capacidades analíticas, socioemocionais e o letramento digital.

A resposta a esse desafio exige uma estratégia em duas frentes simultâneas:

- Alinhamento estratégico da oferta: A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) **deve ser rigorosamente alinhada às vocações regionais e demandas reais das empresas.** Isso requer a participação ativa do setor privado na definição de perfis profissionais e currículos, além do fortalecimento das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), essenciais para o desenvolvimento científico e a inserção do Brasil em cadeias globais de valor.
- Aprendizado ao Longo da Vida (Lifelong Learning): **A qualificação deve ser um processo permanente.** É urgente expandir programas de requalificação (reskilling) e aprimoramento (upskilling) os trabalhadores.

1. Qualificação profissional

Essa segunda frente tem uma dimensão que a política pública brasileira **ainda não equacionou adequadamente: a dos profissionais seniores.**

Com projeções que apontam para uma parcela crescente da população acima de 60 anos nas próximas décadas, e com a automação acelerando transições precoces para fora do mercado formal, o Brasil precisará desenvolver políticas que mantenham esse contingente economicamente ativo e produtivo. A experiência internacional mostra que profissionais experientes podem contribuir de forma significativa como mentores, consultores e especialistas em processos de transformação organizacional, desde que haja programas estruturados de requalificação voltados a esse perfil. **A agenda de qualificação profissional deve, portanto, incorporar essa dimensão geracional de forma explícita, atuando tanto dentro das empresas (antes da saída do mercado) quanto em programas de reinserção para os que já transitaram para essa fase.**

O financiamento público da qualificação profissional deve ser orientado pela efetividade das ações – medida pela taxa de inserção dos formandos no mercado de trabalho e pela aderência dos perfis formados às demandas dos setores estratégicos – e não apenas pela oferta de vagas. Isso requer sistemas de informação que conectem demanda por competências, oferta formativa e resultados de empregabilidade, permitindo ajustes contínuos e alocação mais eficiente dos recursos disponíveis.

2. Educação básica

Melhoria mensurável da qualidade da educação básica, com prioridade para a elevação da proficiência em bases analíticas, a valorização do corpo docente e a incorporação do letramento digital e das áreas STEM como eixos transversais.

A Educação Básica brasileira precisa ser reorientada para superar o descompasso entre o modelo de ensino tradicional e as exigências de um mundo em transformação. Para o setor produtivo, a qualidade da educação não é apenas uma meta social, mas um imperativo de competitividade. O país enfrenta um "apagão" de talentos que começa na base; por isso, é urgente elevar a proficiência dos estudantes em competências essenciais que permitam o raciocínio lógico e a resolução de problemas complexos.

Um pilar central dessa estratégia é a alfabetização e o letramento digital massivo desde os primeiros anos escolares. A fluidez tecnológica deixou de ser uma habilidade acessória para se tornar uma competência transversal indispensável em todos os setores. Aliado a isso, o fortalecimento das áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) é o que permitirá ao Brasil aumentar sua capacidade de inovação.

A modernização pedagógica deve incluir metodologias ativas e modelos mais flexíveis que desenvolvam o conhecimento técnico, as competências socioemocionais e o aprendizado ao longo da vida (lifelong learning), preparando o jovem para ser o protagonista de sua trajetória profissional.

Na frente da inclusão, o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrada ao ensino técnico, é fundamental para reintegrar trabalhadores e reduzir as desigualdades de aptidão produtiva

Por fim, esse avanço na qualidade exige que o financiamento da educação seja regido pela eficiência e responsabilidade fiscal. Os gastos na área devem respeitar os limites de crescimento das despesas primárias estabelecidos pelo Novo Arcabouço Fiscal, assegurando que os recursos públicos sejam destinados a ações de alto impacto na aprendizagem e na empregabilidade dos futuros cidadãos.

3. Segurança Pública

Proteção da integridade do espaço econômico, elevação da segurança pública e da segurança logística por meio do enfrentamento estratégico ao crime organizado e aos mercados ilícitos e do fortalecimento da coordenação federativa e do arcabouço legal.

A violência impõe ao setor produtivo brasileiro custos diretos e mensuráveis. As empresas gastam aproximadamente R\$ 171 bilhões por ano em segurança privada - equivalente a 1,7% do PIB — para compensar insuficiências do sistema público de segurança. O custo total da violência para a economia, incluindo gastos governamentais, perdas de produtividade e custos associados de saúde, alcança 5,9% do PIB . **Esses números traduzem a segurança pública em termos de competitividade:** trata-se de um custo estrutural que encarece a operação das empresas brasileiras em relação a concorrentes instalados em ambientes mais seguros.

A economia ilícita representa uma dimensão adicional do problema. O crime organizado atua como agente econômico - controla territórios, substitui o Estado em funções de regulação informal, distorce mercados e corrói a concorrência leal entre empresas formais e circuitos ilegais.

O roubo de cargas é um componente relevante do custo logístico brasileiro; a pirataria e a comercialização de produtos contrabandeados desestruturam cadeias produtivas inteiras; e a expansão do crime cibernético representa risco crescente para empresas de todos os portes e setores. **O combate a esses mercados ilícitos é, portanto, uma agenda de competitividade - não apenas de ordem pública.**

A resposta efetiva exige coordenação federativa robusta. O crime organizado transnacional opera em múltiplos estados simultaneamente, o que torna insuficiente qualquer resposta restrita ao âmbito estadual. **O fortalecimento do papel coordenador da União - com compartilhamento de inteligência, interoperabilidade dos sistemas de segurança e arcabouço legal que viabilize ações integradas entre forças de segurança de diferentes entes federativos** - é condição para que o enfrentamento ao crime organizado tenha escala compatível com o problema.

4. Resiliência Climática

Garantia da segurança hídrica, proteção dos biomas, implementação de sistemas de Mensuração, Reporte e Verificação (MRV) de emissões por setor e criação de condições para a descarbonização dos processos produtivos, em linha com os mecanismos de precificação de carbono em implantação nos principais mercados de destino das exportações brasileiras.

O Brasil enfrenta eventos climáticos extremos com frequência e intensidade crescentes - secas, enchentes e ondas de calor com impactos sobre a agropecuária, o abastecimento hídrico e a infraestrutura urbana. A segurança hídrica é crítica para setores como a geração elétrica (que depende de reservatórios), a irrigação agrícola e os processos industriais que utilizam água em larga escala. A ausência de investimentos adequados em reservação hídrica, conservação de bacias hidrográficas e reflorestamento de nascentes agrava a vulnerabilidade do país a esses eventos.

Os biomas brasileiros constituem um ativo estratégico para o país. O mundo utiliza o estado de conservação desses ecossistemas como critério de acesso a mercados, de elegibilidade para financiamentos e de condição para acordos comerciais. Nessa perspectiva, o desmatamento e a degradação ambiental não são apenas passivos ecológicos: são passivos competitivos diretos para as empresas exportadoras e para a imagem do país nos mercados internacionais.

A descarbonização dos processos produtivos é outro componente da agenda climática com interface direta com a competitividade industrial. A União Europeia está implementando o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM), que prevê a taxação de importações com alta intensidade de carbono a partir de 2026, com escalonamento progressivo. **Isso significa que empresas brasileiras dos setores de aço, cimento, alumínio, fertilizantes e geração elétrica que não avançarem na redução de emissões enfrentarão desvantagens competitivas crescentes nos mercados europeus.**

Ainda, a agenda inclui: implementação do sistema de Mensuração, Reporte e Verificação (MRV) de emissões por setor, com participação do setor privado; acesso a instrumentos de financiamento verde, créditos de carbono; políticas de recuperação ambiental que gerem ativos negociáveis; estímulo à inovação em processos de baixo carbono; e fortalecimento dos instrumentos de proteção e monitoramento dos biomas, articulados à agenda de competitividade exportadora

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTES FÓRUM DE ENTIDADES E FEDERAÇÕES - FEF

- Paulo Baraona – **FINDES**
- Fernando Saliba – **ES em Ação**
- Idalberto Moro – **Fecomércio-ES**
- Renan Chieppe – **Fetransportes**
- Júlio Rocha – **FAES**

GESTÃO TÉCNICA

- Leonardo de Paula - **FINDES**
- Luciano Gollner - **ES em Ação**
- César Pinto - **Fecomércio**
- Simone Garcia - **Fetransportes**

GRUPO DE TRABALHO

- Silvia Varejão - **ES em Ação**
- Orlando Caliman - **ES em Ação**
- Carolina Ferreira - **FINDES**
- Ana Isabella Almeida - **Fecomércio**
- Débora Macêdo - **Fetransportes**



Uma iniciativa

